

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Direcção de Economia
Departamento de Análise de Políticas**

Relatórios de Pesquisa

**Qual o Papel da Agricultura Familiar Comercial no
Desenvolvimento Rural e Redução da Pobreza em Moçambique?**

Por:

João Carrilho, Rui Benfica , David Tschirley e Duncan Boughton

**Relatório No. 53P
14 de Julho de 2003**

República de Moçambique

DIRECÇÃO DE ECONOMIA

Relatórios de Pesquisa

A Direcção de Economia do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural apoia a publicação de duas séries de relatórios dos resultados de investigações na área de segurança alimentar. As publicações da série *Flash* são relativamente breves (3-4 páginas) e muito focalizadas, visando fornecer resultados preliminares de uma forma rápida e muito compreensível para maximizar a sua utilidade. As publicações da série de *Relatórios de Pesquisa* visam proporcionar análises mais longas e profundas sobre questões de segurança alimentar. A preparação e divulgação dos *Flash* e dos *Relatórios de Pesquisa* e suas discussões com aqueles que elaboram e executam programas e políticas em Moçambique, podem constituir um passo importante para análise e planificação das actividades das várias Direcções Nacionais.

Todos os comentários e sugestões referentes à matéria em questão são relevantes para identificar questões adicionais a serem consideradas em análises e redacção posteriores e no delineamento de outras actividades de pesquisa. Deste modo recomenda-se que os utentes das publicações sejam encorajados a submeterem os seus comentários e informarem a respeito das suas necessidades em termos de questões e tipos de análises que julgam ser do seu interesse profissional e das instituições a que estão afectos.

Carlos Mucavel
Director Nacional
Direcção de Economia
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

EQUIPA DE PESQUISA DO MADER/MSU

Carlos Mucavele, Director Nacional de Economia

Higino de Marrule, Coordenador do Departamento de Análise de Políticas

Ana Maria Menezes, Especialista em Meio Ambiente, MADER

Pedro Arlindo, Pesquisador Adjunto

Anabela Mabote, Pesquisadora Adjunta

Danilo Carimo Abdula, Coordenador do SIMA

Simão C. Nhane, Técnico e Assistente Sênior ao Coordenador do SIMA

Francisco Morais, Formador de Inquiridores do SIMA

Abel Custódio Frechaut, Assistente Junior ao Coordenador do SIMA

Graça Uate, Analista de Políticas Agrárias, MADER

Olivia Govene, Analista de Políticas Agrárias, MADER

Liria Sambo, Analista de Políticas Agrárias, MADER

Guilhermina Rafael, Analista de Políticas Agrárias, MADER

Jaquelino A. Massingue, Analista de Políticas Agrárias, MADER

Arlindo Rodrigues Miguel, Analista de Políticas Agrárias, MADER

Raúl Óscar R. Pitoro, Analista de Políticas Agrárias, MADER

Rui Benfica, MSU Graduate Research Assistant

Maria José da Conceição Teixeira, Assistente Administrativa

Duncan Boughton, Coordenador da MSU no País

Jan Low, Analista da MSU no País

Tom Walker, Analista da MSU no País

Ellen Payongayong, Analista da MSU no País

Cynthia Donovan, Analista da MSU

David L. Tschirley, Analista da MSU

Michael T. Weber, Analista da MSU

SUMÁRIO

Argumenta-se que existem grandes oportunidades de crescimento do sector familiar agrícola, tirando proveito das desigualdades existentes dentro do próprio sector, através de políticas que influenciem directamente a faixa mais dotada e dinâmica do sector familiar agrícola rural, sem que tal implique necessariamente uma exclusão de uma grande massa de produtores agrícolas. Mais especificamente, sugere-se que a faixa mais dotada e dinâmica do sector familiar agrícola rural tem maior probabilidade de fazer o principal aproveitamento de qualquer intervenção focalizada na produtividade agrícola. Realçam-se quatro factores que sugerem que os efeitos totais sobre a pobreza podem ser substanciais. Primeiro, os efeitos indirectos que surgem de um verdadeiro crescimento entre a faixa alta podem ter impactos positivos sobre toda a economia rural, incluindo as famílias que se encontram em piores condições. Segundo, mesmo a faixa mais dotada dentro do sector familiar é ainda pobre, por qualquer medida que fôr seleccionada. Portanto, os efeitos directos que eles recebem diminuem a pobreza. Terceiro, a transformação estrutural da economia, a qual é necessária no longo prazo para qualquer país escapar da pobreza, é sempre associada à saída progressiva de famílias da agricultura para serem empregues em outros sector da economia. Finalmente, reconhece-se que a melhoria no acesso a serviços de educação e saúde, bem como o acesso a crédito e aos mercados locais e internacionais pelas famílias rurais, e um maior investimento em infra-estruturas, particularmente vias de acesso, desempenham um papel chave numa estratégia de desenvolvimento rural visando a redução da pobreza.

ÍNDICE

EQUIPA DE PESQUISA DO MADER/MSU	iii
SUMÁRIO	iv
1. INTRODUÇÃO	1
2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES	2
3. CONTEXTO GLOBAL	3
4. CONTEXTO LOCAL	4
4.1. Estrutura do Rendimento e Características das Famílias Rurais em Mocambique	4
4.2. Relações Entre o Emprego Rural e a Economia Agrícola	6
4.3. Características da Agro-Industrialização e a “Globalização”: Implicações para as Estratégias de Desenvolvimento a Favor dos Pobres	10
4.4. A Globalização Também Implica a Probabilidade de a Produção Doméstica de Culturas Alimentares Básicas Encarar Maior Concorrência com as Importações	11
5. MODELO DE INTERVENÇÃO	12
6. QUESTÕES CHAVE	15
6.1. Efeitos Directos e Indirectos	15
6.2. Investir em Tecnologias ao Nível do Sector Familiar	16
6.3. Sistemas Sustentáveis para Crédito de Produção para o Sector Familiar	17
7. RECOMENDAÇÕES/CAMINHOS PARA FRENTE	18
8. ALGUMAS PERGUNTAS DIFÍCEIS	22
Relatórios de Pesquisa da DE	23

Lista de Tabelas

<u>Tabela</u>		<u>Página</u>
Tabela 1.	Estrutura do Rendimento Familiar, Características Demográficas, Posse de Terra e Cajueiros por Tercil de Rendimento Familiar per Capita, Norte-Centro de Mocambique, 1996	5
Tabela 2.	Relações Entre o Emprego Rural e a Economia Agrícola	7
Tabela 3.	Riqueza e indicadores de rendimento de famílias rurais no norte e centro de Moçambique, por tercils de rendimento fora da machamba (venda de mão-de-obra + microempresa), 1998	8
Tabela 4.	Indicadores Seleccionados por Categoria de Demanda de Força de Trabalho (famílias que empregam m-d-o. e famílias que não empregam mão-de-obra) no Centro e Norte de Mocambique, 1996	9

1. INTRODUÇÃO

Em Moçambique, a pobreza é um fenómeno generalizado, mas predominantemente rural. Mais de metade da população do País vive na pobreza absoluta. Os níveis de pobreza são mais acentuados nas áreas rurais - cerca de 71% - do que nas áreas urbanas - aproximadamente 60% (IAF, 1996/97).

A maior parte da população rural vive da agricultura em pequenas explorações. O baixo nível de desenvolvimento da agricultura é uma das principais causas da pobreza. Pesquisas da economia rural indicam que o conjunto da população de pequenos agricultores é heterogéneo. Os rendimentos familiares das populações rurais são geralmente baixos e distribuídos de forma desigual. A distribuição dos rendimentos está positivamente correlacionada com o património familiar, em particular com o tamanho das explorações e o acesso aos mercados. Enquanto a distribuição de terra é desigual, a área por família é geralmente baixa (TIA, 1996, CAJU, 1997/98, USAID/NGO, 1998, CAP, 2000).

O desenvolvimento agrário é fundamental na redução da pobreza porque: a) as famílias rurais geram cerca de 80% dos seus rendimentos directamente da produção agrícola, e b) dos restantes 20%, uma parte substancial provém de actividades não agrícolas que têm uma forte ligação com a economia agrícola local (TIA, 1996; CAP, 2000). Por isso, o crescimento agrícola, incluindo o aumento da produtividade e o acesso a tecnologias, é fundamental para a redução da pobreza rural.

O presente documento argumenta que existem grandes oportunidades de crescimento dentro do próprio sector familiar agrícola, tirando proveito dessas mesmas desigualdades, através de políticas que influenciem directamente a faixa mais dotada e dinâmica do sector familiar agrícola. O documento está dividido em oito secções, incluindo esta introdução. A secção dois introduz alguns conceitos e definições chave usados. As secções três e quatro dão um enquadramento do tema no contexto global/internacional e local, respectivamente. A secção cinco introduz os ingredientes do modelo de intervenção para uma estratégia de crescimento a favor dos pobres. A secção sete coloca algumas questões chave relativas ao modelo, nomeadamente, a questão dos efeitos directos e indirectos, o investimento em tecnologias e sistemas sustentáveis de crédito a produção ao nível do sector familiar. A secção sete introduz algumas recomendações específicas para a implementação da estratégia. O documento encerra com algumas perguntas difíceis que poderão ser endereçadas em pesquisas futuras.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Desenvolvimento rural: processo envolvendo a população rural orientado à melhoria constante e sustentável no tempo das suas condições de vida económica, social e cultural. O crescimento económico rural e uma premissa importante deste processo.

Emprego rural: situação em que se troca, ao abrigo de uma relação contratual formal ou informal, trabalho por remuneração ou recompensa, em que o trabalhador é parte da população rural. Pode ser agrícola ou não- agrícola.

Pobreza: estado em que o nível de consumo ou de renda da pessoa é inferior a um valor mínimo de subsistência determinado para cada local e/ou ao nível global, geralmente inferior à média.

Mercado: locus ou processo de trocas de bens e serviços, geralmente intermediadas por moeda.

Integração no mercado: participação pelas famílias rurais nos mercados agrícolas.

Agricultura camponesa: actividade de trabalho da e/ou na terra realizado por uma família, com esporádicos episódios de intervenção de trabalhadores externos à família e fraca e irregular interacção com o mercado além dos níveis de solidariedade.

Agricultura familiar comercial: agricultura familiar com forte e regular interacção com o mercado e uso mais frequente e regular de mão de obra remunerada.

Explorações familiares: recursos de terra, bens e infraestruturas utilizadas para a agricultura familiar.

Rendimento da agricultura: medida composta que se encontra associada e composta pela produtividade dos factores na agricultura (terra, capital, tecnologia, trabalho).

Rentabilidade da agricultura: relação entre ganhos e gastos (ou benefícios e perdas, ou receitas e despesas, ou recompensa e custos) na actividade agrícola.

Associação de produtores agrícolas: conjunto de produtores agrícolas que se associam segundo objectivos e regras aceites por todos os seus membros e reconhecido pela sociedade.

Sector empresarial agrícola: sector agrícola de grande escala. Ocupa áreas maiores de 10 hectares e é orientado para o mercado. Os agentes neste sector são geralmente designados por “privados”.

Companhias: Empresas agro-industriais que se dedicam a produção em grande escala de culturas. Em muitos casos dedicam-se a culturas de rendimento, mas existem também casos de culturas alimentares, geralmente destinadas ao processamento ou comercialização e exportação.

Globalização: conceito multidimensional, referido neste artigo apenas na sua dimensão comercial.

3. CONTEXTO GLOBAL

A escala global, produzem-se os alimentos suficientes para alimentar, vestir e calçar toda a população do planeta. A sua distribuição é, todavia, desigual, resultando que grande parte da população mundial esteja privada do acesso a quantidades suficientes de alimentos e outros meios básicos.

Em países ricos, os rendimentos das culturas por hectare aumentaram a níveis até 10 vezes superiores aos verificados nos países mais pobres. Esse crescimento significativo nos níveis de rendimento têm sido o resultado de avanços na investigação e na tecnologia agrária, incluindo a bio-tecnologia, bem como do aumento simultâneo da produtividade de capital e de trabalho.

Como resultado, os preços mundiais de culturas agrícolas que constituem a base da alimentação de grandes grupos populacionais, incluindo da maioria da população moçambicana, tendem a baixar. Em todos os países desenvolvidos a contribuição relativa da agricultura na vida económica, social e cultural tende a reduzir, embora em termos absolutos a agricultura continue a crescer. Esta situação em parte justifica a tendência de alguns países tratarem os subsídios à agricultura como subsídios à cultura, procurando preservar a actividade agrária e rural pela sua natureza multifuncional - particularmente cultural e ambiental. No entanto, os subsídios directos à agricultura pelos Estados Unidos, a Comunidade Europeia e outros países mais desenvolvidos, constituem um problema muito sério para os governos - e os produtores pobres - da África.

4. CONTEXTO LOCAL

4.1. Estrutura do Rendimento e Características das Famílias Rurais em Moçambique

Pesquisas efectuadas em Moçambique indicam de forma consistente algumas características chave da economia rural relevantes para a sua contextualização numa estratégia de desenvolvimento rural.

A maior parte da população rural vive da agricultura em pequenas explorações (TIA 1993, 1994 e 1996, CAP, 2000). Para ilustrar e contextualizar algumas das características básicas, a Tabela 1 apresenta alguns indicadores extraídos da base de dados do TIA-1996 para as zonas centro e norte do país.¹ Primeiro, os rendimentos familiares totais e per capita são bastante baixos, mas existem grandes diferenças entre os agregados familiares nas zonas rurais.

Segundo, o rendimento proveniente da machamba própria é predominante na estrutura do rendimento familiar, sendo o rendimento fora da machamba abaixo de 20%, mesmo entre as famílias com rendimentos per capita mais altos. Terceiro, em termos da relação entre o rendimento per capita e as características das famílias, verifica-se o seguinte i) As famílias com maiores rendimentos per capita, conseguem grande parte dos seus rendimentos em dinheiro através da venda de culturas de rendimento particularmente algodão e caju na zona norte do país; ii) Em geral, as famílias chefiadas por mulheres concentram-se no tercil de menor rendimento; iii) Existe uma forte correlação entre o acesso a terra e o nível de rendimento das famílias - famílias de maior rendimento têm áreas cultivadas que são duas vezes maiores do que famílias de menor rendimento. As áreas médias cultivadas são, todavia, relativamente pequenas; iv) Famílias de maiores rendimentos têm uma maior probabilidade de ter cajueiros e também possuem, em média, um número maior de cajueiros do que as famílias de menores rendimentos; e v) Os agregados com maiores rendimentos familiares têm maior probabilidade de ganhar rendimento adicional fora da machamba (através da venda de mão de obra ou actividades por conta própria).

¹ Os resultados aqui reportados são consistentes com os de outras pesquisas levadas a cabo na zona norte do país. Para mais detalhes ver Marrule, Higinio, Rui Benfica, Paul Strasberg, David Tschirley and Michael Weber (1998). "Algumas Reflexões sobre a Pobreza e as Perspectivas para o Crescimento do Sector Rural de Moçambique". *Flash* 14P, Department of Policy Analysis, Ministry of Agriculture and Rural Development, Mozambique. Maputo.
<http://www.aec.msu.edu/agecon/fs2/mozambique/index.htm>

Tabela 1. Estrutura do Rendimento Familiar, Características Demográficas, Posse de Terra e Cajueiros por Tercil de Rendimento Familiar per Capita, Norte-Centro de Mocambique, 1996

Fonte de Rendimento	Tercis de rendimentos per capita			Norte-Centro de Mocambique
	1	2	3	
----- % do Rendimento do AF -----				
Na Machamba Própria				
Alimentos Básicos Retidos	69	51	39	53
Frutas e horticolas retidas	7	20	21	16
Gado retido/vendido	5	4	4	4
Venda de Alimentos Básicos	5	6	4	5
Venda de Frutas e Horticolas	1	2	2	2
Venda de Culturas de Rendimento	6	9	10	8
Sub-Total	93	92	80	88
Fora da Machamba Própria				
Venda Líquida de Força de Trabalho	3	0	1	2
Lucro Líquido da Micro-empresa	4	8	19	10
Sub-Total	7	8	20	12
	100	100	100	100
----- Média em \$US -----				
Rendimento Líquido Total do AF	67	161	376	201
Rendimento Líquido per capita	12	30	91	44
Demografia				
Idade do Chefe do AF (anos)	42	43	44	43
AFs Chefiados por Mulheres (%)	17	11	12	13
Tamanho do AF (# de membros)	5,9	5,5	4,5	5,2
Posse de Terra				
Área por AF (ha/AF)	1,65	2,41	3,12	2,41
Área per capita (ha/capita)	0,3	0,48	0,82	0,54
Área cultivada (ha/AF)	1,25	1,66	2,01	1,65
Posse de Cajueiros				
AFs com cajueiros (%)	36	52	55	48
Número médio de cajueiros, AFs com cajueiros	28	39	51	41

Fonte: Trabalho de Inquérito Agrícola, 1996.

No que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho rural, a evidência das pesquisas em Mocambique (Tschirley e Benfica, 2000) está fortemente em conformidade com os resultados encontrados em outros países da África Sub-Sahariana.

O mercado rural de mão de obra em Moçambique inclui actualmente emprego pouco remunerativo e de curta duração (tipicamente trabalho na machamba do vizinho) e emprego mais remunerativo e de mais longa duração (a maior parte do emprego não agrícola e de migração). Os níveis de educação e a riqueza das famílias são os principais determinantes do acesso pelas famílias rurais a esta faixa mais remunerativa (Tschirley e Benfica, 2000). Outra análise indica que o tercil de famílias rurais menos pobres (um terço das famílias com rendimentos per capita mais elevados) na zona centro-norte do país, em 1998, tinha uma probabilidade três vezes maior do que o tercil mais pobre, de auferir rendimentos fora da machamba própria. Os rendimentos dessa fonte eram aproximadamente 11 vezes maiores no tercil de mais elevado rendimento per capita quando comparado com o mais baixo (Tabela 2). Em média, famílias com rendimentos fora da machamba própria tinham rendimentos totais per capita 75% mais elevados do que das famílias sem esse tipo de rendimentos, sendo muita dessa diferença atribuível ao rendimento fora da machamba própria - não se verificam consideráveis diferenças nos rendimentos agrícolas entre esses dois grupos (Tabela 2). Nota-se, contudo, que para aquelas famílias com rendimentos fora da machamba própria mais altos, os rendimentos agrícolas são também substancialmente maiores, tal como é a área de terra total e cultivada (Tabela 3). Isto sugere que as famílias com maior acesso a recursos agrícolas produtivos têm também melhor acesso a rendimentos não agrícolas.

4.2. Relações Entre o Emprego Rural e a Economia Agrícola

Evidência da região centro-norte de Moçambique indica que o rendimento proveniente de trabalho não-agrícola constituía mais de 70% do rendimento total fora da machamba em 1998. Contudo, cerca de metade destes rendimentos provêm de actividades directamente ligadas à economia rural, tais como a manufactura e a construção, relacionadas, portanto, fortemente com a produtividade e rentabilidade da agricultura familiar. Uma análise detalhada do trabalho agrícola, indica que o rendimento proveniente do trabalho nas machambas de vizinhos era cerca de 5 vezes maior do que o do trabalho em machambas de privados (agricultores empresariais), e mais de 50% maior do que aquele obtido no trabalho nas machambas de companhias. Dados do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA/96) indicam que cerca de 20% das famílias rurais empregavam mão-de-obra de outras famílias nas suas machambas (Tabela 4). Essas famílias têm em geral mais terra e cultivam áreas maiores, são cerca de duas vezes mais propensas a cultivar culturas de rendimento como algodão, e devotam duas vezes mais área a culturas de rendimento do que as famílias que não empregam mão de obra.

Tabela 2. Estrutura do rendimento familiar e indicadores de rendimentos do mercado de trabalho e microempresas por tercil de rendimento per capita, no norte-centro de Mocambique, 1998

Fonte de Rendimento	Tercis de rendimentos per capita			Todas Famílias
	1	2	3	
	----- % do rendimento familiar -----			
Machamba própria				
Alimentos básicos retidos	56,9	43,5	32,0	44,3
Fruitas e hortícolas retidas	5,5	5,9	6,9	6,2
Peixe retido/vendido	0,7	2,7	3,0	2,1
Animais retidos/vendidos	21,7	20,8	14,9	19,1
Venda de alimentos básicos	2,6	5,5	6,4	4,5
Venda de frutas e hortícolas	2,1	2,8	3,1	2,7
venda de culturas de rendimentos	5,0	8,6	9,3	7,7
Total da machamba própria	94,6	89,8	75,6	86,6
Fora da machamba própria				
Rendimentos da venda de mão-de-obra	2,3	5,0	14,8	7,4
Rendimentos da Microempresa	3,1	5,2	9,6	6,0
Total fora da machamba própria	5,4	10,2	24,4	13,4
	100	100	100	100
Rendimento familiar total e per capita				
	----- média em US\$ -----			
Rendimento familiar total	65,1	162,3	458,5	228,1
Rendimento familiar per capita	12,4	33,3	108,4	51,4
Rendimentos da venda de mão-de-obra e de micro-empresas entre as famílias				
Rendimentos da venda de mão-de-obra (m-d-o)				
% de famílias com rendimento da venda de mão-de-obra	11,4	24,2	34,1	23,2
Entre os que vendem:				
Rendimento médio da venda de m-d-o (\$)	15,7	42,6	236,2	133,1
Venda de m-d-o como % do rendimento	20,4	20,6	42,8	31,4
Rendimento familiar per capita (\$)	13,0	33,3	116,3	70,7
Rendimentos de micro-empresas familiares				
% de famílias que tem rendimento de microempresa	15,3	27,0	40,7	27,3
Entre os que tem rendimento de microempresa:				
Rendimento médio proveniente da micro-empresa (\$)	15,9	31,6	131,3	77,7
Micro-empresa como % do rendimento	19,7	18,3	23,6	21,2
Rendimento familiar per capita (\$)	14,7	35,2	113,3	69,8

Fonte: Inquérito ao sector familiar no norte-centro de Mocambique, 1998

Tabela 3. Riqueza e indicadores de rendimento de famílias rurais no norte e centro de Moçambique, por tercís de rendimento fora da machamba (venda de mão-de-obra + microempresa), 1998

Indicador	Famílias sem rendimento fora da machamba	Famílias com rendimentos fora da machamba			
		Menor Rendimento	Rendimento Médio	Maior Rendimento	Total
Percentagem de famílias	56,7	14,4	14,4	14,5	43,3
Indicadores de rendimento					
Rendimento total per capita (US\$)	38,8	41,8	49,7	111,8	67,8
Rendimento agrícola per capita (US\$)	38,8	40,2	39,5	50,1	43,3
Rendimento médio fora da machamba (US\$)	0	6,4	44,8	310,6	120,6
+ De venda de mão-de-obra (US\$)	0	2,2	17,8	193,3	71,1
+ De Microempresa (US\$)	0	4,2	27	117,3	49,5
Número de bens de consumo comprados durante a semana passada ¹	1,8	2	2,5	3,5	2,7
Indicadores de riqueza					
Número de tipos de utensílios domésticos possuídos ²	2,2	2,2	2,8	3,9	3,0
Percentagem de famílias com chão de cimento em casa	1,2	0,004	1,3	6,7	2,7
Percentagem de famílias com paredes de cimento em casa	1,6	1,3	1,3	6,6	3,1
Percentagem com cobertura de zinco	1,9	0,004	0,007	2,1	0,7
Número de tipos de utensílios agrícolas ³	2,8	3	3	3,1	3,0
Área total por família, ha	2,4	2,5	2,6	3,1	2,7
Área cultivada por família, ha	1,7	1,8	1,9	2,3	2,0
Número de tipos de animais possuídos ⁴	0,9	1,1	1,1	1	1,1

Notes: 1) de uma lista de 17 potenciais itens disponíveis para compra, 2) de uma lista de 12 utensílios domésticos, 3) de uma lista de 10 tipos de utensílios agrícolas, 4) de uma lista de 7 tipos de animais.

Fonte: Inquérito ao sector familiar no norte-centro de Moçambique, 1998.

Table 4. Indicadores Seleccionados por Categoria de Demanda de Força de Trabalho (famílias que empregam m-d-o. e famílias que não empregam mão-de-obra) no Centro e Norte de Mocambique, 1996

Indicador	Famílias que empregam mão-de-obra	Famílias que não empregam mão-de-obra
% da população	18,6	81,4
Demografia & Educação		
Tamanho da família	5,7	5,3
% de famílias chefiadas por mulheres	7,0	16,0
% de mulheres adultas que completaram o EP2 ¹	15,8	10,0
% de homens adultos que completaram o EP2 ¹	31,7	26,2
Agricultura		
Área total por família, ha	2,2	1,6
Área total por adulto equivalente, ha	0,67	0,52
Área cultivada por família, ha	1,6	1,2
Área cultivada por adulto equivalente, ha	0,47	0,39
Área cultivada com culturas de rendimento	0,98	0,37
% que produz culturas alimentares	99,5	98,9
Valor da produção de culturas alimentares entre os que produzem (US\$) ²	134,40	83,50
% que produz culturas de rendimento	51,6	41,1
Valor da produção de culturas de rendimento entre os que produzem (US\$)	50,7	39,7
% que cultiva algodão	8	4,6
% que tem cajueiros	32,3	25
Número médio de cajueiros por familia	68,9	51,6
Rendimentos da venda de mão-de-obra, microempresa familiar e rendimento per capita		
% que tem rendimento da venda de mão-de-obra	21,8	17,4
Rendimento médio da venda de mão-de-obra (US\$)	46,7	32,5
% que tem rendimento de microempresa familiar	49,4	29,7
Rendimento médio da microempresa familiar (US\$)	184,2	108
Rendimento per capita (US\$)	59,54	38,96

¹ "Ensino primário de segundo grau". ² Todos os valores monetarios foram inicialmente declarados em meticais, e posteriormente convertidos para US\$ a taxa de cambios média do mercado paralelo para o período reportado no inquérito.

Fonte: Inquérito ao sector familiar no norte-centro de Moçambique, 1998. Em suma, evidências indicam que os rendimentos familiares são actualmente baixos e são distribuidos não equitativamente nas zonas rurais. A distribuição do rendimento familiar está alta e positivamente correlacionada com o acesso a capital, especialmente terra, e com a integração na economia de mercado. Os agregados mais pobres têm menos terra e são menos integrados na economia rural. Uma parte significativa das oportunidades para vender mão de obra é no sector familiar agrícola. Embora o rendimento proveniente desta fonte seja actualmente baixo, poderá aumentar e, eventualmente, estabilizar ao longo do tempo se se criarem incentivos apropriados para aumentar a produtividade e rentabilidade da agricultura familiar e as oportunidades comerciais da mesma.

4.3. Características da Agro-Industrialização e a “Globalização”: Implicações para as Estratégias de Desenvolvimento a Favor dos Pobres.

Aumentos dramáticos no comércio mundial e as mudanças relacionadas nos processos de produção e intercâmbio (trocas) em países desenvolvidos e alguns países em vias de desenvolvimento está a criar grandes oportunidades para os países em vias de desenvolvimento. No entanto, este processo de globalização levanta questões preocupantes sobre as possibilidades de os agregados familiares rurais nestes países aproveitarem estas oportunidades.

Os mercados na era de globalização mostram algumas características que implicam a necessidade de uma coordenação vertical muito efectiva dentro de qualquer sistema de produção e comercialização que pretenda tirar proveito desses mercados. As características chave incluem (Reardon and Barrett 2001, Kydd 2002, Dorward and Kydd 2002):

1. Exigências altas de qualidade, de normas sanitárias, e de oportunidade em termos de entrega do produto;
2. “Decommodification”, isto é, o processo de identificar mercados muito específicos para produtos como milho de alta lisina, óleo alimentar de alta proteína, e outros produtos que transformam o que era um produto estandardizado e, portanto, relativamente homogéneo (como o milho ou o óleo de soja) num produto diferenciado. O aproveitamento de um mercado para um produto desta natureza implica desafios muito maiores em termos de coordenação vertical;
3. A necessidade de mudar os volumes de produção rapidamente em resposta a mudanças de curto prazo na procura;
4. A necessidade de mudar tipos de semente e práticas culturais para se manter a par das mudanças na procura nos mercados finais; e
5. A necessidade de adoptar sempre as novas tecnologias que reduzem custos de produção e comercialização, num ambiente em que os retalhistas podem abastecer-se de várias fontes.

É muito difícil assegurar este nível de coordenação quando a produção é feita por muitos produtores do sector familiar altamente dispersos. Além disso, a transformação estrutural da economia, sobre a qual todos os países agora industrializados têm passado, implica que os produtores menos eficientes saem progressivamente da agricultura, de maneira que a proporção da população directamente envolvida na agricultura cai rapidamente ao longo do tempo, ao mesmo tempo que a produção absoluta da agricultura aumenta. Portanto, conseguir a participação activa de talvez 25% dos produtores familiares nos novos mercados de alto valor estimulados pela globalização e agro-industrialização, será um importante sucesso, e não será atingido sem a dedicação de muitos recursos e tempo.

Esta abordagem implica que, para ter um impacto substancial sobre a redução da pobreza, é necessário maximizar os efeitos indirectos do crescimento agrícola. Mais adiante discutimos estes efeitos indirectos.

4.4. A Globalização Também Implica a Probabilidade de a Produção Doméstica de Culturas Alimentares Básicas Encarar Maior Concorrência com as Importações

Duas questões saltam à vista. Primeiro, enquanto os rendimentos familiares aumentem nas zonas urbanas e os consumidores nessas áreas adotem ideias mais modernas sobre a qualidade e sanidade dos alimentos, será que os produtores e comerciantes locais de alimentos importáveis serão capazes de satisfazer esta nova demanda? Segundo, se a infraestrutura física que liga zonas urbanas e rurais, e que liga diferentes áreas das zonas rurais ficar em condições pobres, será que os produtores e comerciantes locais poderão concorrer em termos de preços nas zonas urbanas? No sul de Moçambique, os compradores industriais de milho preferem importar da RSA, e os retalhistas e restaurantes têm enfrentado sérias dificuldades para estabelecer uma cadeia de abastecimento ("supply chain") segura para frutas e hortícolas.

A evidência sugere que, se Moçambique (e outros países da África) realizar os investimentos necessários em infraestrutura, então existe a possibilidade de que produtores do sector familiar, para além daqueles que consigam participar na exportação, poderão aproveitar-se do crescimento nos mercados domésticos. Se não se realizam estes investimentos, o sector familiar poderá não só ser excluído dos novos mercados de exportação, como também do crescimento nos mercados domésticos.

5. MODELO DE INTERVENÇÃO

A pobreza em todo o mundo é um fenómeno rural esmagador (De Janvry et al., 2000, Banco Mundial 2000). Comparando a Africa Sub-Sahariana (ASS) com a Ásia e América Latina, a proporção de agregados familiares rurais sem terra é muito mais baixa e a importância da agricultura no rendimento total do agregado familiar é muito maior na ASS². Como resultado disso, o modelo pressupõe que o desenvolvimento, para ser a favor dos pobres, no actual contexto de Mocambique, deve:

- 1. Aumentar a produtividade e a rentabilidade financeira de uma porção significativa dos pequenos agricultores.** Porque os mais pobres dos pobres são sempre e em todo lado os mais difíceis (custosos) de alcançar com as tecnologias inovadoras, este efeito directo do crescimento vai frequentemente concentrar-se entre a metade ou um terço dos pequenos agricultores que se encontram numa posição mais elevada. Evidências indicam que estes agricultores vão dispendir uma grande proporção dos seus ganhos adicionais na economia local gerando deste modo efeitos multiplicadores (Haggblade et al., 1989; Dengo, 1992). Nos países de baixo rendimento (maior parte da ASS), grande parte deste dispêndio é feito em produtos agrícolas não comerciáveis internacionalmente (“non-tradables”) como os frutos e vegetais, tubérculos, sementes oleaginosas que são processados localmente e mesmo os grãos, se os custos de transacção forem elevados (Mellor, 2000). Este dispêndio vai contribuir para aumentos da produção local destes produtos não comerciáveis internacionalmente e favorece mais oportunidades de redução da pobreza (Delgado et al., 1998). Uma porção significativa, mas provavelmente menor, do dispêndio nos países de baixos rendimentos encontra-se nos serviços locais e manufacturas de pequena escala. Este dispêndio não agrícola vai acelerar o crescimento no sector de micro-empresas rurais, que tende a ser de muito pequena escala e intensivo em termos de mão-de-obra (Benfica, 1998; Liedholm e Mead, 1993).
- 2. Aumentar a procura de mão-de-obra agrícola entre os pequenos agricultores que conseguem aumentar a produtividade e rentabilidade das suas actividades agrícolas.** A evidência mostra que esta força laboral vem inteiramente dos pequenos agricultores vizinhos, provavelmente daqueles com menos terra ou daqueles que, por outras razões, têm baixos rendimentos. Este efeito de **emprego agrícola** do crescimento agrícola na redução da pobreza é relativamente mais importante nos países de baixos rendimentos, cujas economias são relativamente mais dominadas pela agricultura do que nos países de rendimentos médios.³

² As proporções do rendimento provenientes de actividades não agrícolas na ASS tipicamente variam entre 15% e 40% (Reardon 1997; Reardon *et al.*, 1999; De Janvry *et al.*, 2000).

³ Uma questão comumente colocada é se esta lógica do modelo se aplica em outras zonas do país, onde predominam tecnologias de tracção, ou onde a agricultura depende de sistemas de irrigação. Na verdade, essas tecnologias são também combinadas com o uso de mão-de-obra. Deste modo, essa combinação deve ser tomada em conta, e na essência, o vector de emprego se viabiliza da mesma maneira.

3. **Aumentar o processamento local dos produtos agrícolas, quer eles se destinem ao mercado local ou à exportação.** Este processamento vai reduzir a pobreza directamente através do aumento das oportunidades de venda de mão de obra e de trabalho assalariado nas zonas rurais. Os efeitos indirectos provavelmente vão ser ainda maiores, especialmente ao longo do tempo. Ao criar focos de procura concentrada para os produtos agrícolas, este processamento vai:
- a. **Criar mercados mais seguros para os produtos dos pequenos agricultores.** Um mercado seguro para a venda vai aumentar a vontade dos pequenos agricultores em investir na cultura. Se prevalecem outras condições de apoio (preços competitivos, assistência em pesquisa e extensão, investimentos públicos para reduzir os custos de comercialização), este maior investimento dos pequenos agricultores vai contribuir para uma maior produtividade e lucro e para os efeitos relacionados, anteriormente descritos.
 - b. Dependendo da cultura, também vai **criar a possibilidade de relações comerciais formais (“outgrower relationships” ou relações de “contract farming”)** entre a empresa processadora e os pequenos agricultores. Esta relação frequentemente vai incluir as transacções interligadas que melhoram a entrega de insumos, criando mais oportunidades de aumento da produtividade. Tais relações tem maior probabilidade de emergir para as culturas que precisam de processamento e que, por essa razão, têm menor número de compradores mas com maior capital cada um. Exemplos de Moçambique incluem o algodão, sementes oleaginosas e caju, ao contrário do milho; o último pode ou não ser processado e tem, por esta razão, muitos mais compradores.
 - c. Também **cria um ambiente no qual a qualidade vai “ter importância”** (principalmente se o bem processado for exportado) e no qual podem ser mobilizados os recursos necessários para melhorar a qualidade (um sistema melhorado de normas de qualidade, mais a coordenação vertical necessária para assegurar as elevadas normas). A melhor qualidade vai contribuir para aumentos sustentáveis nos preços pagos aos agricultores (ao contrário dos aumentos de preços não sustentáveis através de subsídios do governo) e desta forma pode ser uma das formas mais importantes de aumentar o lucro da agricultura de pequena escala sem incorrer em défices não sustentáveis do orçamento do governo.

Em suma, o modelo de desenvolvimento rural a favor dos pobres enfatiza o aumento da produtividade entre a faixa do sector familiar comercial que já tem alguma ligação com o mercado e que tem maior probabilidade de reagir a investimentos e incentivos de política. Nesse processo, os camponeses que consigam aumentar a sua produtividade e rendimentos irão procurar mais mão-de-obra localmente, a qual poderá ser fornecida pelos seus próprios vizinhos, o que os irá beneficiar directamente. Trata-se, pois, de um modelo em que se procura minimizar a exclusão de uma grande parte da população rural. O modelo também enfatiza a necessidade de criar valor acrescentado aos produtos agrícolas localmente. Esses bens processados localmente, podem ser colocados no mercado local -

adquiridos com os rendimentos adicionais - ou exportados. Finalmente, o aumento da produtividade e dos rendimentos, e os esforços de adicionar valor localmente, irá reforçar o mercado de trabalho não agrícola ao nível local e conseqüentemente aumentar ainda mais os rendimentos rurais.

6. QUESTÕES CHAVE

6.1. Efeitos Directos e Indirectos

O modelo descrito na secção anterior indentifica dois efeitos directos do crescimento económico a favor dos pobres na redução da pobreza: 1) maior produtividade e rentabilidade da agricultura de pequena escala e 2) maior emprego no processamento de produtos agrícolas. Os efeitos indirectos incluem: 1) o efeito de segunda oportunidade do dispêndio em produtos agrícolas não comerciáveis internacionalmente, 2) o efeito não agrícola do dispêndio em serviços e bens processados localmente, 3) o efeito de emprego agrícola devido à maior procura de mão-de-obra dos agricultores que atingem maior produtividade e rentabilidade e 4) a série de três efeitos de segunda ronda do processamento de produtos agrícolas nas zonas rurais.

Uma questão chave para os responsáveis de decisão de política diz respeito à provável magnitude dos efeitos indirectos. Se se espera que estes sejam grandes, então uma estratégia de crescimento económico para ser favorável aos pobres não precisa ser directa ou exclusivamente orientada para os pobres. Quando se analisa num enquadramento contabilístico que reconhece que os recursos para a redução da pobreza - assim como para qualquer outro objectivo do governo - são limitados, e que alcançar directamente aos pobres é geralmente mais custoso de que alcançar os menos pobres, uma estratégia de crescimento económico que dê ênfase aos efeitos indirectos na redução da pobreza pode ser preferível a uma que tente maximizar os efeitos directos, mesmo quando julgada do ponto de vista da redução da pobreza.

A validade desta conclusão – de que a redução da pobreza pode ser alcançada a menor custo dando ênfase aos efeitos indirectos - depende da estrutura da economia na qual ocorre o crescimento. Falando em geral, os efeitos indirectos serão maiores quando a terra é distribuída de forma desigual (considerando um nível limitado de desigualdade) e quando os agregados familiares pobres das zonas rurais obtêm uma grande porção dos seus rendimentos através da economia não agrícola. Em termos globais, a terra na ASS é distribuída com menos desigualdade do que na América Latina e os agregados familiares pobres na ASS dependem menos da economia não agrícola do que os agregados familiares da América Latina e da Ásia. Como resultado disto, os efeitos indirectos são geralmente menores na ASS do que nas outras áreas do mundo, o que implica que “em África, a criação de tecnologias para os pequenos agricultores ... e o apoio na sua difusão ... são então uma chave para a redução da pobreza.” (De Janvry et al., 2000).

Esta conclusão, no entanto, deve ser condicionalizada de duas maneiras. Primeiro, os “pequenos agricultores” na ASS são muito mais heterogéneos do que normalmente se pensa (Marrule et al., 1998; Tschirley e Weber, 1994; Jayne et al., 2002). Por exemplo os 25% dos pequenos agricultores com maior terra na Etiópia, Ruanda, Moçambique e Zâmbia tem cerca de 10 vezes mais hectares per capita do que os 25% com menor terra; no Quénia, os 25% dos pequenos agricultores com maior terra tem 27 vezes mais terra per capita do que os menores 25%. O rendimento do agregado familiar e a integração na economia de mercado em todos estes países está fortemente relacionada com a posse de terra. Estes padrões sugerem que na

ASS existe um subgrupo de pequenos agricultores que estão substancialmente em melhores condições e que podem ter maior probabilidade de adoptar novas tecnologias do que os seus vizinhos mais pobres. A evidência da Zâmbia mostra que os pequenos agricultores em melhores condições financiam eles mesmos a compra de fertilizantes para o milho mesmo na ausência de grandes subsídios previamente fornecidos pelo governo (FSRP, 2000). Por tanto, a questão para os responsáveis de decisão de política na ASS torna-se mais específica do que foi sugerido por De Janvry: que grupo entre os pequenos agricultores deve ser o foco dos esforços directos na redução da pobreza através da mudança tecnológica?

A ênfase relativa entre as abordagens directas e indirectas deve também ser informada pelo custo de efectuar a mudança tecnológica entre os agregados familiares mais pobres: este custo é tipicamente maior do que entre os menos pobres⁴. Por tanto, os responsáveis por decisões de política, ao adoptar uma abordagem racional na redução da pobreza, e face ao constrangimento orçamental, darão maior ênfase aos efeitos indirectos do que dariam se os custos fossem equivalentes.⁵

Em suma, dadas as disparidades na dotação de recursos e capacidades produtivas dentro do sector familiar camponês, apenas uma parte dos camponeses, aqueles no topo da escala, estarão na posição de se beneficiarem dos investimentos directos e incentivos de política. Realce-se que a maximização dos efeitos indirectos depende em grande medida de quão bons são os incentivos a faixa de camponeses do topo da escala - o desenvolvimento da economia não-agrícola ao nível local, incluindo o mercado de trabalho e actividades por conta própria dependerá desses investimentos e incentivos.

6.2. Investir em Tecnologias ao Nível do Sector Familiar

Mesmo se o objectivo fôr o de alcançar directamente apenas os 25% dos camponeses com maior ligação com o mercado com tecnologias e facilitação do seu acesso ao mercado, isso irá requerer grandes incrementos na pesquisa para assegurar um fluxo regular de tecnologias rentáveis para esses camponeses. É crucial o desenvolvimento e disponibilização de tecnologia directamente relacionada com o aumento de produtividade e rentabilidade da produção agrícola, em particular através do reforço dos sistemas de educação, investigação e extensão, com base em maiores investimentos e na parceria entre os sectores público e privado. Esse investimento deve crescer, não diminuir. Dadas as actuais debilidades no sistema de difusão de tecnologias e os altos custos a ela associados, as ONGs locais e internacionais têm um papel chave neste contexto.

⁴ Isto deve-se em parte à frequentemente maior dificuldade de alcançar fisicamente os pobres com as mensagens tecnológicas, mas provavelmente com maior importância, à menor capacidade dos agregados familiares mais pobres de fazer os ajustes e de suportar os riscos necessários para adoptar as novas tecnologias.

⁵ Isto não implica que uma política "racional" de redução da pobreza vai incluir apenas políticas com efeitos indirectos. Ao contrário, sempre haverá e deve haver abordagens directas. Este argumento simplesmente realça a importância dos efeitos indirectos e aponta que uma política racional vai dar-lhes a importância devida.

A biotecnologia tem o potencial de vir a providenciar grandes benefícios para esses camponeses do sector familiar, mas antes que isso possa acontecer o país deve lidar com questões de natureza técnica e política resultantes dessas tecnologias, particularmente no que diz respeito à sua segurança e sustentabilidade. Tais questões devem ser analisadas tomando como referência as evidências científicas existentes e os precedentes em outros países da África Sub-Sahariana, tais como o Quênia e a África do Sul. O reconhecimento da distribuição desigual de recursos e de bio-diversidade leva alguns países a defenderem o direito a registo de patentes de material biológico contido exclusivamente em flora e fauna inexistente nesses países, podendo ou não vir a ser intetizado posteriormente.

6.3. Sistemas Sustentáveis para Crédito de Produção para o Sector Familiar

O crédito sazonal, especialmente para o fornecimento de insumos, é fundamental para que os produtores familiares possam participar nos processos que adicionam valor ao nível rural - condição necessária para um crescimento sustentável dos rendimentos e redução da pobreza rural. No entanto, falhas dos mercados de insumos e de crédito em zonas rurais (devido à fraqueza institucional, especialmente dos sistemas legais e de regulamentação, problemas de informação, e falta de capital social) levam a que o crédito, para ser disponibilizado, requeira geralmente o uso de transacções "interligadas" - sistemas de fomento - onde uma empresa de processamento fornece o crédito em espécie, e recupera-o através da compra do produto final aos camponeses.

Nas condições actuais, esse modelo funciona apenas para certas culturas (tais como algodão e tabaco) para as quais apresenta importantes desafios. Sustentar este modelo para essas culturas e estendê-lo a outras é um grande desafio que não pode ser ultrapassado sem que se re-desenhem de forma substancial as instituições de crédito.

Portanto, a produção a crédito, através dos sistemas de fomento, é importante para assegurar uma participação efectiva e rentável do sector familiar em culturas envolvidas em valor acrescentado ao nível rural. Contudo, um desafio premente é o de assegurar a sua sustentabilidade no contexto de um sistema legal pouco desenvolvido que não lida de forma efectiva com os riscos associados ao não cumprimento de obrigações contratuais. Acções tendentes a reduzir esses problemas são necessárias.

7. RECOMENDAÇÕES/CAMINHOS PARA FRENTE

Seguem-se algumas recomendações para uma efectiva estratégia de desenvolvimento a favor dos pobres focalizada numa agricultura comercial familiar com potenciais efeitos multiplicadores no resto da economia rural.

1. Continuar a liberalização da economia, acompanhado-a das pertinentes acções reguladoras. É imperativo que o sector privado acredite que os seus investimentos em busca do lucro não vão ser rebaixados por regulamentos arbitrários e excessivos, ou por uma competição injusta com as empresas com subsídios do estado. Moçambique tem-se empenhado notavelmente neste processo, com resultados positivos. No entanto, são necessários esforços contínuos para assegurar que a prática local (a nível provincial e distrital) seja consistente com as políticas económicas geralmente abertas do governo central.
2. Investir na pesquisa e extensão para **aumentar a produtividade e rentabilidade da agricultura numa parte significativa do sector dos agricultores familiares**. Pelas razões anteriormente discutidas, é provável que este efeito directo seja mais concentrado entre os relativamente menos pobres. Mas numa economia como a de Moçambique, mesmo o terço mais elevado dos agricultores familiares é pobre, considerando qualquer padrão razoável. O aumento da sua produtividade vai diminuir a pobreza entre esse grupo de forma directa e vai diminuir a pobreza entre os outros agricultores familiares através dos efeitos indirectos acima explicados.
3. Sempre que possível, **favorecer as tecnologias de produção com maior intensidade de mão-de-obra**, porque isto vai aumentar os efeitos indirectos dos aumentos de produtividade entre os pequenos agricultores menos pobres. O algodão é um cultura intensiva em termos de mão-de-obra e algumas companhias recentemente começaram a fornecer crédito em dinheiro aos agricultores para contratarem mão-de-obra para a sacha. Isto sugere que existe uma fonte de mão-de-obra rural disponível se existir uma procura efectiva para a mobilizar. Situação idêntica pode ser esperada na cultura do tabaco.
4. Encorajar o investimento no processamento rural de produtos agrícolas. Sempre que possível, devem favorecer-se as tecnologias intensivas em mão-de-obra em vez das intensivas em capital, favorecer as zonas rurais em vez das urbanas na localização das fábricas de processamento, e favorecer as culturas que podem ser produzidas pelo sector familiar agrícola. Alguns exemplos podem ser citados.
 - a. No sector de caju, onde sérios problemas têm sido encontrados com as tecnologias de processamento capital intensiva e de grande escala, localizadas em zonas urbanas, a alternativa de utilização de tecnologias intensivas em mão-de-obra, localizada em zonas rurais pode constituir uma vantagem.⁶ Para além da redução dos custos de transacção na aquisição de materias primas e as

⁶ Vide McMillan et al, 2002 para uma avaliação muito detalhada sobre a historia da liberalização do sector de caju em Mocambique.

suas implicações directas sobre a proporção do rendimento retido nas áreas rurais, este tipo de tecnologias permite um aumento nos níveis de emprego e rendimentos não-agrícola nessas áreas. Estes dois efeitos têm um impacto potencial na redução da pobreza.

- b. O processamento do açúcar em Moçambique reduz a pobreza ao fornecer emprego nas zonas rurais mas é produzido em grandes plantações e não pelos pequenos agricultores. A pesquisa deve identificar as formas, incluindo as políticas fiscais, de incentivar que as companhias processadoras dependam mais da produção dos pequenos agricultores. O processamento das sementes óleaginosas aumentou substancialmente nos últimos anos, através de uma combinação de prensas manuais de muito pequena escala, de investimentos recentes no processamento de média escala e de uma maior actividade dos grandes processadores existentes.
- c. O processamento do milho aumentou substancialmente, principalmente no sul, para a produção de farinhas e de ração animal. Até ao momento, a baixa qualidade do grão local tem contribuído para que todos os processadores do sul (exceptuando apenas os mais pequenos) importem o seu grão da África do Sul. Uma grande moageira em Nampula tem planos ambiciosos, mas também está preocupada com a qualidade do grão. O governo deverá concentrar-se em fornecer assistência ao sector privado e ao sector familiar agrícola de forma a que a presença deste novo comprador e processador possa criar um processo de gradual melhoria da qualidade do grão. Tais melhorias poderiam gerar benefícios de grande amplitude para os produtores pela abertura de mais mercados de exportação e por tornar o grão do norte competitivo no sul em relação ao grão Sul Africano, na condição de se reduzirem os custos de transporte. O tamanho do sector de pequena escala de moagem do milho (usando moageiras de martelo) não é conhecido mas a evidência sugere que ele tem crescido rapidamente e que muitas mulheres nas zonas rurais estão dispostas a gastar dinheiro e tempo para processar o seu grão nesse tipo de moageiras. Esta tecnologia pode ser efectiva na geração de ligações de crescimento locais por ser de pequena escala, intensiva em mão-de-obra e mais facilmente localizada nas zonas rurais. O feijão boer e o arroz também constituem culturas promissoras para a redução da pobreza através da produção dos pequenos agricultores e venda aos processadores.

5. **Encorajar as empresas de processamento agrícola a desenvolver relações de contrato agrícola (“contract farming”) com os fornecedores de pequena escala.** A ligação do capital financeiro com os pequenos agricultores desta forma pode ser uma das maneiras mais efectivas de reduzir a pobreza ao longo do tempo nas zonas rurais. As políticas fiscais, incluindo o ajustamento das taxas de importação sobre a maquinaria e os insumos como uma função decrescente do nível de apoio dado aos pequenos agricultores, pode ser uma das formas de encorajar um alcance mais activo aos pequenos agricultores pelas empresas processadoras. Enquanto algumas culturas estão já a ser produzidas pelos camponeses sob contracto com companhias agro-industriais, existe um grande potencial, sob determinadas condições, para a inclusão de mais culturas nesses esquemas (Benfica e Tschirley, 2002). O sucesso ou falhanço desses esquemas depende de condições específicas relacionadas com as características

de produção e processamento, condições de mercado e ambiente político e legal/institucional. Alguns exemplos incluem:

- a. O algodão é produzido quase que inteiramente em esquemas de produção por contrato entre grandes companhias e pequenos produtores familiares. Este arranjo foi muito bem sucedido em estimular o crescimento dos rendimentos rurais e redução da pobreza. Actualmente, enfrenta problemas relacionados com a qualidade de assistência oferecida pelas companhias, e um investimento não adequado de longo prazo na produtividade, em parte associado à política das concessões. A política com relação a esta cultura deve focalizar-se em atingir um melhor equilíbrio entre competição e coordenação, de modo a melhor salvaguardar os interesses dos produtores familiares. Uma acção fundamental nesse esforço deve ser a facilitação do desenvolvimento e reforço das associações de camponeses de modo a reduzir a sua dependência das companhias e aumentar o seu poder de negociação de modo a permitir maiores benefícios directos para os camponeses.
 - b. A cana de açúcar é produzida em esquema de plantação agrícola em muitas partes do mundo, em grande medida devido às características específicas da cultura. Não obstante, esquemas de produção por contrato envolvendo um grande número de pequenos produtores familiares provaram ser bons complementos aos esquemas de plantação em países como o Quênia e a Suazilândia. Onde possa ser viável, poderão considerar-se acções estratégicas para facilitar o acesso pelos pequenos produtores a áreas com irrigação perto das unidades de processamento. Adicionalmente, poderá considerar-se o financiamento da assistência em extensão necessária para esses produtores. No caso de ser feita em estreita colaboração com as companhias açucareiras, estas acções podem criar uma situação de vantagem mútua (win-win) para a empresa e produtores familiares.
 - c. O chá é outra cultura que, apesar de ser amplamente cultivada em plantação, também tem alguma reputação em esquemas bem sucedidos de produção por contrato. Em Moçambique, a maior parte da produção é em arranjos de plantação mas existem alguns casos de esquemas de contratação. Sempre que possível esses arranjos contratuais devem ser preferidos no lugar de investimentos em modelo de plantação.
 - d. O sector do milho está inteiramente organizado em esquema de compras no mercado a produtores independentes, e é pouco provável que sejam viáveis, no curto e médio prazos, esquemas de produção por contrato. O melhoramento dos sistemas de classificação, em consulta com o sector privado, seria uma contribuição chave para facilitar investimentos adicionais e promover, deste modo, maior valor acrescentado.
6. **Promover ligações de mercado/mercado rural dinâmico.** As ligações de mercado são de suma importância neste processo. Dentro do possível, informações relacionadas com os mercados de insumos e produtos finais devem ser providenciadas para o sector privado e para os produtores familiares, para permitir a sua participação activa no comércio rural. Tal informação inclui preços, produção e estoques, padrões

de qualidade, etc. Estes esforços podem permitir uma participação mais ampla da economia rural no contexto regional e internacional com potenciais benefícios para o sector familiar. Para além disso, devem considerar-se incentivos fiscais para agentes comerciais que operam em zonas rurais para promover um incremento sustentável no comércio rural.

7. **Concentrar os investimentos na infra-estrutura de transporte nas áreas de grande potencial agrícola**, ligando estas zonas com as zonas de menor potencial. As zonas de maior potencial tipicamente têm maiores densidades populacionais que as áreas de menor potencial e, apesar das taxas mais baixas de pobreza, vão ter um maior número de pobres do que as áreas menos densamente povoadas e de menor potencial.
8. **Promover associações de produtores familiares.** Devido a falhas dos mercados de insumos, produtos finais e crédito, e aos relativamente altos custos de transacção envolvidos no comércio rural em Moçambique, uma das formas viáveis de facilitar o acesso dos produtores familiares aos mercados e minimizar os custos de produção e troca, através de economias de escala, é o desenvolvimento de associações de produtores. Facilitando a formação, legalização, e operação dessas associações em zonas rurais, pode melhorar-se de forma significativa o acesso dos camponeses ao crédito, insumos e serviços de extensão, e reduzir sobremaneira os custos de transacção no comércio rural.
9. **Investir na melhoria, nas zonas rurais, do sistema de educação, melhoramento do acesso a fontes de água, serviços de saúde, e electricidade** de modo a melhorar a qualidade de vida, a qualidade da força de trabalho e induzir ao investimento pelas agro-indústrias nessas áreas. Esses passos podem contribuir significativamente para um aumento da produtividade do trabalho na agricultura, por um lado, e gerar ligações agrícola/não agrícola, por outro.
10. **Adoptar políticas de terra que individualizem os direitos de posse e uso** de modo a aumentar a segurança de posse por parte dos camponeses do sector comercial familiar, aumentando desta forma a sua propensão a investir na produtividade e rentabilidade da mesma.

8. ALGUMAS PERGUNTAS DIFÍCEIS

Serão estes passos suficientes para se conseguir uma rápida redução dos níveis de pobreza no meio rural? Se não, poder-se-á fazer mais sem repetir os erros do passado? Quais são os riscos de fazer mais? Quais são os riscos de não fazer mais? Estas são perguntas em aberto cujas tentativas de resposta esperam outra oportunidade.

Uma questão fundamental que deve ser abordada refere-se a escolha de abordagens de desenvolvimento rural. Sob o ponto de vista da alocação de recursos escassos vis-à-vis os objectivos de um crescimento e desenvolvimento rural sustentáveis que contribuam para a redução da pobreza, será necessário que tanto os doadores como o sector público ponderem entre opções que impliquem grandes projectos de investimento que não necessariamente viabilizam o sector camponês, e aqueles que afectem directamente o sector familiar comercial e os médios e grandes empresários agro-industriais que com eles estabelecem parcerias. Sob o ponto de vista prático, contudo, a questão é "que programas e parcerias podem ser desenhadas para permitir a emergência de um sector familiar comercial que se possa desenvolver e sustentar de forma que convença os doadores a apostarem nesses investimentos?"

Relatórios de Pesquisa da DE

- 1E. Informing the Process of Agricultural Market Reform in Mozambique: A Progress Report. October, 1990
- 1P. Processo de Reformas do Mercado Agrícola em Moçambique: Progressos Alcançados. Outubro de 1990
- 2E. A Pilot Agricultural Market Information and Analysis System in Mozambique: Concepts and Methods.
- 3P. Inquérito ao Sector Familiar da Província de Nampula: Observações Metodológicas. Novembro de 1991
- 3E. A Socio-Economic Survey of the Smallholder Sector in The Province of Nampula: Research Methods (**translated from Portuguese**). January 1992
- 4P. Inquérito ao Sector Familiar da Província de Nampula: Comercialização Agrícola. Janeiro de 1992
- 4E. A Socio-Economic Survey in The Province of Nampula: Agricultural Marketing in the Smallholder Sector (**translated from Portuguese**). January, 1992
- 5P. Inquérito ao Sector Familiar da Província de Nampula: O Algodão na Economia Camponesa. Novembro de 1991
- 5E. A Socio-Economic Survey in The Province of Nampula: Cotton in the Smallholder Economy (**translated from Portuguese**). January, 1991
- 6E. The Determinants of Household Income and Consumption in Rural Nampula Province: Implications for Food Security and Agricultural Policy Reform. August, 1992
- 6P. Determinantes do Rendimento e Consumo Familiar nas Zonas Rurais da Província de Nampula: Implicações para a Segurança Alimentar e as Reformas de Política Agrária (**Traduzido do Inglês**). Fevereiro de 1993
- 8E. Changing Agricultural Market Policies in Mozambique: Insights from Empirical Information on Farmer and Market Behavior. March 1992
- 9E. The Maputo Market Study: Research Methods. March, 1993
- 9P. O Estudo do Mercado de Maputo: Observações Metodológicas. Junho de 1993
- 10E. The Organization, Behavior, and Performance of the Informal Food Marketing System in Maputo. May, 1993

- 12E. The Pricing and Distribution of Yellow Maize Food Aid in Mozambique: An Analysis of Alternatives. October, 1993
- 14E. Liedholm, Carl and Donald Mead, "Small-scale Enterprises: a Profile", in Economic Impact: A Quarterly Review of World Economics, no. 63 (**Reprint**)
- 14P. Liedholm, Carl and Donald Mead, "O Papel das Microempresas no Desenvolvimento de Pequenas Empresas: Um Perfil", em Economic Impact: A Quarterly Review of World Economics, no. 63 (**Reprint, translated from English**)
- 15P. Mini-SIMA e Análises Específicas: Um Ensaio Aplicado aos Mercados de Maputo. Julho de 1993
- 16E. Evolution of the Rural Economy in Post-War Mozambique: Insights from a Rapid Appraisal in Monapo District of Nampula Province. July 1993
- 17P. Padrões de Distribuição de Terras no Sector Familiar em Moçambique: A Similaridade entre duas Pesquisas Distintas e as Implicações para a Definição de Políticas. May 1994
- 18E. Who Eats Yellow Maize? Some Preliminary Results from a Survey of Consumer Maize Preferences in Maputo. October, 1994
- 18P. Quem Come Milho Amarelo? Alguns Resultados Preliminares de um Inquérito sobre as Preferências dos Consumidores de Milho na Cidade de Maputo (**Traduzido do Inglês**). Novembro de 1994
- 19P. Diagnóstico da Estrutura, Comportamento, e Desempenho dos Mercados Alimentares de Moçambique. Julho de 1995
- 20P. Inquérito ao Sector Moageiro de Pequena Escala em Moçambique: Observações Metodológicas. Janeiro de 1995
- 21E. Smallholder Cash Cropping, Food Cropping and Food Security in Northern Mozambique: Research Methods.
- 21P. O Sector da Castanha de Caju - Lucros Potenciais Perdidos por Africa? (**Reimpressão**), Novembro de 1995
- 22E. Smallholder Cash Cropping, Food Cropping and Food Security in Northern Mozambique: Research Methods. March, 1996
- 22P. Culturas de Rendimento, Culturas Alimentares e a Segurança Alimentar do Sector Familiar no Norte de Moçambique: Métodos do Estudo. Novembro de 1996
- 23E. Plan of Activities for Food Security Research Project. September 1995 through August 1997, 1996

- 24E. Strasberg, Paul, “Smallholder Cash-Cropping, Food-Cropping and Food Security in Northern Mozambique”, Ph.D.Dissertation, Dept. of Agricultural Economics, Michigan State University (**Reprint**). May, 1997
- 25E. Smallholder Cash-Cropping, Food-Cropping and Food Security in Northern Mozambique: Summary, Conclusions, and Policy Recommendations. June, 1997
- 26E. Agricultural Market Information for Family Farms in Mozambique. June, 1997
- 26P. Informação de Mercado Agrícola para o Sector Familiar em Moçambique. Junho de 1997
- 27E. Micro and Small Enterprises in Central and Northern Mozambique: Results of a 1996 Survey. September, 1997.
- 27P. Micro e Pequenas Empresas no Centro e Norte de Moçambique: Resultados do Inquerito Realizado em 1996. Maio de 1998.
- 28P. Desafios Para Garantir a Concorrência e Reduzir os Custos no Sistema Alimentar de Moçambique. Maio de 1998.
- 29E. Planning for Drought in Mozambique: Balancing the Roles of Food Aid and Food Markets. May, 1998
- 29P. Planificando pela Seca em Moçambique: Balanceando os Papeis da Ajuda Alimentar e dos Mercados de Alimentos. Maio de 1988
- 30P. Séries Históricas dos Preços de Grão de Milho Branco e suas Tendências Reais em Alguns Mercados do País. Maio de 1998.
- 31E. What Makes Agricultural Intensification Profitable for Mozambican Smallholders? An Appraisal of the Inputs Subsector and the 1996/97 DNER/SG2000 Program, Volume I: Summary. October, 1998.
- 32E. What Makes Agricultural Intensification Profitable for Mozambican Smallholders? An Appraisal of the Inputs Subsector and the 1996/97 DNER/SG2000 Program, Volume II: Main Report. October, 1998.
- 33E. Household Food Consumption in Mozambique: A Case Study in Three Northern Districts. February, 1999.
- 34E. The Effects of Maize Trade with Malawi on Price Levels in Mozambique: Implications for Trade and Development Policy. November, 1999.
- 35P. Séries Históricas dos Preços de Grão de Milho Branco e Suas Tendências Reais em Alguns Mercados do País no Período Compreendido Entre Abril 1993 e Setembro 1999. Novembro de 1999.

- 36E. A Simplified Method for Assessing Dietary Adequacy in Mozambique. January, 2000.
- 37E. Implementing A Simplified Method for Assessing Dietary Adequacy in Mozambique: A User's Manual. January, 2000.
- 38E. A Methodology for Estimating Household Income in Rural Mozambique Using Easy-to-Collect Proxy Variables. February, 2000.
- 39E. Comparing Yields and Profitability in MADR's High- and Low-Input Maize Programs: 1997/98 Survey Results and Analysis. March, 2000.
- 40P. Características dos Agregados Familiares Rurais nas Zonas Afetadas pelas Cheias do Ano 2000 no Centro e Sul de Moçambique. Março de 2000.
- 40E. Representative Characteristics of Rural Households in Areas of Central and Southern Mozambique Affected by The 2000 Floods . Março de 2000.
- 41P. Sector Familiar Agrícola, Mercado de Trabalho Rural e Alívio da Pobreza Rural em Áreas com Abundância de Terras em África, Evidência de Moçambique. Março de 2001.
- 41E. Smallholder Agriculture, Wage Labour, and Rural Poverty Alleviation in Mozambique: What Does the Evidence Tell Us? November, 2000.
- 42E. Smallholder Cashew Development Opportunities and Linkages to Food Security in Nampula Province, Mozambique. November, 2000.
- 42P. Oportunidades de Desenvolvimento effect Sector Familiar de Cajú e sua Relação com Segurança Alimentar na Província de Nampula, Moçambique. Novembro, 2000.
- 43E. Constraints and Strategies for the Development of the Seed System in Mozambique. January, 2001.
- 43P. Constrangimentos e Estratégias para o Desenvolvimento do Sistema de Sementes em Moçambique. Janeiro de 2001.
- 44P. Prioridades de Investimentos para o Desenvolvimento do Sistema de Sementes em Moçambique. Setembro de 2001.
- 44E. Investment Priorities for the Development of Mozambique's Seed System. March, 2001.
- 45P. Avaliação das Necessidades dos Utentes do SIMA. Fevereiro de 2001.
- 46P. Informação para o Sector Privado Agrícola: Novos Serviços do SIMA e Apoio aos Produtores, comerciantes e processadores do Sector Agrícola. Agosto de 2001

- 46E Information for the Private Sector in Agriculture: New Information Services from SIMA for Producers, Traders and Processors in the Agricultural Sector in Nampula Province. January, 2002.
- 47P. Desempenho do Sector Algodoeiro ao Nível da machamba em Nampula: Situação Actual e Perspectivas para o seu Melhoramento
- 48P Comportamento dos Mercados Grossistas do Milho Branco Durante o Ano 2000. Outubro de 2001
- 49P. O Desafio do Salário Mínimo: Considerações Teóricas e Práticas. Dezembro de 2001
- 50P. Passado, Presente e Futuro do Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA). Março de 2002
- 51E. The Impact of Alternative Agro-Industrial Investments on Poverty Reduction in Rural Mozambique. March 2002
- 52P. Anuário Estatístico do SIMA. Março de 2002
- 53P. Qual o Papel da Agricultura Familiar Comercial no Desenvolvimento Rural e Redução da Pobreza em Moçambique? Julho de 2003